

Acordo Ortográfico? Para quê?

João Roque Dias

Tradutor Certificado (Inglês-Português) pela Associação Americana de Tradutores e membro da Divisão de Língua Portuguesa da ATA

Lisboa, Portugal

www.jrdias.com

O ovo de Colombo existe...

Sem o Acordo ortográfico que os acordistas⁽¹⁾ nos querem impor, nós escrevemos “uma acção ténue”. No Brasil escrevem “uma ação tênue”. Com o AOLP, escreveríamos “uma ação ténue” e no Brasil continuariam a escrever “uma ação tênue”. Por sua vez, a língua brasileira passará a ser escrita à portuguesa (língua), sem, contudo, terem nada a ver uma com a outra. Percebe agora o leitor como, com coisas destas, a Língua Portuguesa vai ser mais fácil de aprender por crianças de 6-7 anos e por estrangeiros e ter uma maior projecção internacional?

(1) **acordista**. s. m. e f. Pessoa particularmente iluminada dos países lusófonos que pretende pôr toda a gente a escrever a Língua Portuguesa da mesma maneira por meio de acordos ortográficos, independentemente das muitas diferenças existentes, há muito tempo, nas versões faladas e escritas da língua em diversos locais do mundo. = SONHADOR.

Afinal, é esta a questão! Para quê o Acordo Ortográfico da língua Portuguesa (AOLP)? Clamam os portugueses por escrever “ação” em vez de “acção”? Existe ou existiu algum movimento, entre os que escrevem livros ou nos jornais e nas revistas ou entre os professores de português, para que seja alterado o nosso modo de escrever? Não! Andaram ou andam aflitos os agentes económicos portugueses, pela perda de mercados ou de negócio por causa da maneira como escrevemos a nossa língua? Não! Então, para quê empurrar e impor por via legal uma grafia para as palavras baseada na comparação com a grafia utilizada pelos falantes de português de outros países, mas onde a língua, muito naturalmente, seguiu e segue outros rumos e teve e continua a ter outras influências – diferentes, evidentemente, do português falado e escrito em Portugal?

O problema não são os obstáculos, excelência! O problema é o resto...

O ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, assegurou que não existe «nenhum obstáculo nem nenhuma razão política» que impeçam a ratificação do acordo ortográfico pelos membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fonte: Lusa, 25 de Março de 2008

Comentário do Carlos Albino nas suas 'Notas Verbais', telegrama de 27 de Março de 2008: «Só que o problema não são os obstáculos, mas sim os escolhos, contrariedades, espinhos, entraves, empecilhos, dificuldades, recifes, cachopos, esparcéis, abrolhos, estorvos, barreiras, farilhões, óbices, embaraços, imbondos...». Curiosamente, Carlos Albino veio a ser, depois, um dos mais precoces acordistas: nas suas 'Notas Verbais' lê-se agora um português estropeado...

Ah, dizem os defensores da atoarda até à exaustão, mas o AOLP apenas se refere à língua escrita, e não à língua como é falada! Estranho e enviesado argumento este, já que o AOLP está cheio de referências, excepções e ressalvas ao modo diferente de pronunciar as palavras em Portugal e no Brasil e à sua interacção com o modo de as escrever! Ou, como diz o próprio texto do AOLP, «Não é possível unificar divergências [ortográficas] que assentam em claras diferenças de pronúncia». Espantoso, o que se consegue inventar para defender o que não tem defesa!

A Guerra dos Cem Anos

«Desde 1911 que andamos nisto.» Prof. Dr. Malaca Casteleiro, acordista-mor português.

Comentário: e, pelos vistos, os acordistas ainda não aprenderam... No Anexo II ao AOLP, os acordistas não conseguiram escamotear a extraordinária história dos fracassos de TODOS os acordos ortográficos, desde 1911. A Portugal e ao Brasil são atribuídas, ora a um, ora a outro, as responsabilidades de cada fracasso, mas a verdade histórica, incontornável e incontestável permanece: TODOS os acordos ortográficos falharam nas intenções declaradas pelos acordistas de todos os tempos. A conclusão é simples: acordo ortográfico, em português, é sinónimo de fracasso! Será por teimosias, má-sorte ou alguma maldição antiga? Ou serão os fracassos, isso sim, o resultado das reacções dos povos às periódicas investidas de uns iluminados que se propõem pôr as pessoas a escrever de um modo que não pediram, não querem e que lhes é estranho? Abençoados fracassos, digo eu!

E além disso – continuam eles, os acordistas – com o maravilhoso AOLP que nos querem impor, apenas x % das palavras serão modificadas em Portugal e y % no Brasil. A este respeito, e apenas no que me toca – os brasileiros farão o favor de defenderem eles a sua dama – repugna-me que x seja maior (3 vezes maior!) do que y (ou seja, que sejamos nós a modificar mais palavras do que eles).

Dito de outra forma, com o AOLP, a língua portuguesa escrita em Portugal sairia abrasileirada. Se fosse ao contrário, tanto se me dá se os brasileiros aceitariam a mudança ou não. Nós não a deveríamos ter aceiteado! Ponto final.

A miragem da unificação absoluta da ortografia...

Na Nota Explicativa do AOLP de 1990 pode ler-se esta afirmação extraordinária: «**Também o Acordo de 1945 propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua. Mas tal unificação assentava em dois princípios que se revelaram inaceitáveis para os brasileiros (...).**»

Comentário: fica então claro que o sonho dos acordistas da unificação ortográfica absoluta e universal da língua portuguesa já foi alcançado em termos teóricos, tendo “apenas” sido rejeitado por um dos países ter considerado inaceitáveis os princípios em que tal unificação se baseava, nomeadamente pela não-aceitação da «*resolução das divergências de acentuação (...) no sentido da prática portuguesa*». Dito de outra forma, falhado o sonho de 1945 por rejeição do Brasil, o novo AOLP de 1990 pretende agora atingir a unificação ortográfica “no sentido da prática brasileira”. Tal como ao Brasil, em 1945, assiste agora o direito a Portugal de considerar inaceitáveis os princípios em que se baseia o AOLP de 1990. E, como não podia deixar de ser, pelas mesmas razões. Nota final: revelador, o uso do 'mas' no início da segunda frase.

Alguns acordistas mais envergonhados defendem a ratificação, porque Portugal assinou o AOLP (em 1990). Saramago afinava por este diapasão, recomendando, contudo, que «*se for preciso, sentem-se outra vez à mesa, puxem as esferográficas e avancem*». Nobelicamente falando, uma no cravo, outra na ferradura! Será bom ter em conta que a assinatura é apenas um dos passos (necessário, mas não suficiente) para a entrada em vigor de um tratado internacional, sendo a ratificação (pelo Parlamento português) o outro passo necessário para a sua entrada em vigor em Portugal. O que aconteceria, afinal, se Portugal não ratificasse o AOLP? Nada! Absolutamente nada! Os mais legalistas diriam que o mesmo estava efectivamente em vigor, por força do Segundo Protocolo Modificativo (essa espécie de auto-ultimato dos países lusófonos uns aos outros), e aplicá-lo-iam, se assim entendessem. São soberanos, podem fazê-lo!

Afinal, com o AOLP de 1945, o Brasil fez rigorosamente o mesmo: discutiu-o, aprovou-o, assinou-o e... não o ratificou, porque o considerou inaceitável! Alguém notou alguma coisa? Os acordistas de então rasgaram as vestes? A nossa Língua Portuguesa — nossa e de todos quantos a falam e escrevem com as mais diversas grafias, prosódias, sintaxes e sotaques — deixou de ser uma das mais belas do mundo? Não! Claro que não!

Um assessor a precisar de muitos 'dictados' para não dizer disparates destes...

«Para facilitar a cooperação na África e no Timor, por exemplo, é fundamental essa 'universalização'. Não dá para uma professora dizer 'dictado' (sic), seguindo um livro de Portugal e 'ditado' quando utilizar um livro do Brasil.» Carlos Alberto Xavier, assessor especial do ministro da Educação do Brasil (*in* www.japao.org.br, em 28 de Outubro de 2004)

Comentário: “pasmado e duvidoso do que [ou]vi, m'espanto às vezes, outras m'avergonho" como diz o soneto de Sá de Miranda. Com uma pequena alteração, de que peço desculpa ao autor.

Proteccionismo ou apito?

«Se defender a preservação, a valorização e a divulgação da língua portuguesa como elemento identitário, meio de criação e expressão cultural ao longo de séculos, instrumento de comunicação quotidiana, traço de união entre Portugal e o resto do mundo corresponde a ser proteccionista, devo dizer que tenho a maior honra em sê-lo, tanto no plano nacional como no internacional. E se se entende por proteccionismo o propósito de acautelar legitimamente os não menos legítimos interesses da edição portuguesa que, pelo seu mérito, qualidade e capacidade de resposta, tem batido a concorrência dos grandes grupos internacionais nos países africanos, também faço questão de apoiar as modalidades adequadas de salvaguarda desses interesses também geoestratégicos, chamem-lhe proteccionismo ou apito. Mas o mais absurdo, e nisso o editorial acompanha as luminárias que engendraram o acordo, está em se pensar que cerca de 1,5% de vocábulos do português de cá e cerca de 0,5% de vocábulos do português de lá, desde que alterados, asseguram a unidade da língua. Nem parece do Expresso supor uma coisa dessas! É evidente que não contribuem absolutamente para nada, a não ser para que ela seja desfigurada e para aumentar exponencial e inutilmente confusões, dificuldades e custos de toda a espécie, pelo menos do lado português.» Vasco Graça Moura, “O Expresso e o Acordo Ortográfico” *in* Diário de Notícias, de 12 de Dezembro de 2007

E, para além da dimensão da mudança (1,6 % das palavras alteradas em Portugal ou 0,5 % das palavras alteradas no Brasil), para os acordistas parece não ter qualquer importância (apesar de a considerarem «*qualitativamente importante*») a frequência das palavras alteradas no léxico corrente da língua. Serão palavras pouco utilizadas, apesar de estarem nos dicionários? Estamos a falar de palavras raras ou pouco usadas na língua comum, corrente e de todos os dias? Não! Estamos, isso sim, a falar de palavras muito utilizadas, muito frequentes e muito correntes na nossa língua comum. **Um exemplo muito simples: as estações do ano são apenas quatro e os nomes dos meses são apenas doze, mas na sua Base XIX, o desgraçado AOLP decreta que em Portugal passemos a escrevê-los à brasileira, i.e., primavera e verão ou fevereiro e outubro, com minúscula inicial!** Justificação para tão importante alteração? Nenhuma! Na mente dos acordistas portugueses existiu apenas um princípio: 'abrasileirar' o português, rapidamente e em força, numa subordinação servil, descarada e estúpida aos interesses brasileiros! É com parvoíces destas que a língua portuguesa vai ganhar maior projecção internacional ou ser mais fácil de aprender por criancinhas e estrangeiros? Tenham juízo!

O número das palavras com ortografia modificada para justificar a “suavidade” do AOLP é uma falsa questão e uma mentira do tamanho da sua imbecilidade. Contrariamente ao que defendem os acordistas, não se trata de modificações linguísticas de pequena monta, apesar de todas as excepções e facultatividades aceites, a desgosto, pelo AOLP! Trata-se de uma revolução na língua e do seu rápido abrasileiramento (1,6 % é mais do que 3 vezes maior do que 0,5 %...) imposta por um grupo de conjurados com o apoio cego e ignorante dos poderes políticos! No que se refere às normas ortográficas portuguesa e brasileira, a insofismável diversidade da língua portuguesa por via do léxico, da pronúncia, da prosódia e da morfossintaxe justifica plenamente que existam 1,6 % das palavras portuguesas escritas de modo diferente do Brasil e 0,5 % das palavras brasileiras escritas de modo diferente de Portugal, a que se juntam todas as outras em que o AOLP nem se atreveu a mexer! Como pergunta Vasco Graça Moura, «*será que cerca de 1,5 % de vocábulos do português de cá e cerca de 0,5 % de vocábulos do português lá, desde que alterados, asseguram a unidade da língua [?]*».

A pouca-vergonha...

«(...) Em primeiro lugar, a pouca-vergonha que é o estado legislar sobre a língua. A língua devia ser deixada entregue a si mesma, como acontece em países com sólidas tradições democráticas. O inglês é, em termos práticos, a língua académica, científica e comercial internacional – mas ninguém legisla sobre esta língua e as ortografias do Reino Unido e dos Estados Unidos são diferentes, para não falar dos restantes países de expressão inglesa. Mas nos nossos dois países, Portugal e Brasil, as bestas de políticos que temos bem poderiam fazer uma lei para deixarmos de beber café com leite ao pequeno-almoço, que a intelectualidade aceitaria isso com naturalidade. Como dizia o Eça, isto é uma choldra. Ah, os brasileiros não aceitariam isso – mas unicamente porque no Brasil não se sabe o que é o pequeno-almoço, pois usam a expressão “café da manhã” (e até “traduzem” o Eça, para o leitor não se dar ao incómodo de ir aos excelentes dicionários brasileiros – o Houaiss, o Aurélio ou o Michaelis).» Desidério Murcho, *in* blogue De Rerum Natura

Falemos então de violências, alfabetização brasileira e 'derivas' ortográficas...

«(...) os brasileiros, que há muito tinham suprimido, para maior facilidade de alfabetização, as chamadas consoantes mudas ou não articuladas em palavras como “acto”, “directo”, “óptimo”, tinham de voltar a introduzi-las na escrita. Ora isso constituía uma violência, que o Brasil não aceitou. Imagine-se como reagiriam os portugueses se agora os obrigassem a reescrever “fructo” ou “victória”, com consoantes que há muito foram suprimidas! A lição que colhemos, quer de 1911, quer de 1945, é que Portugal, embora seja o berço da língua portuguesa, não é no mundo de hoje o seu único proprietário. A verdade é que, tendo falhado as duas unificações plenas tentadas em 1945 e 1986, mandava o bom senso que se procurasse uma unificação possível, menos absoluta, mas mesmo assim suficiente, para abranger cerca de 98% do léxico da língua, e necessária, para evitar que a deriva ortográfica, com oito países lusófonos, se venha a acentuar.» Prof. Malaca Casteleiro, acordista-mor pelo lado português

Comentário: atente-se na declaração extraordinária de o AOLP de 1945 ser “uma violência, que o Brasil não aceitou”! Isto é, como país soberano que é, o Brasil, simplesmente, não aceitou que fosse outro país a mandar-lhe na língua! Fez muito bem! Então, porque acha a luminária portuguesa que devemos ser nós agora a engolir as “violências” do acordo que engendrou? Ora essa! Eu também não quero ser violentado e escrever 'ação' ou 'ótimo'... Quanto aos falhanços dos acordos anteriores, deve haver alguma razão que o iluminado Prof. Não consegue enxergar. Eu dou-lhe uma ajuda: porque os povos não quiseram ser violentados por decreto! Tão simples como isso... Sobre a 'deriva ortográfica', o nosso acordista-mor continua a não entender o que se passa no mundo: aceita a deriva das línguas faladas (que remédio, já que essas não podem ser legisladas...), mas não entende que possa haver 'deriva ortográfica'... Ele sai-nos cada um!

Querem então os acordistas escrever, à brasileira, “batismo” em vez de baptismo ou “janeiro” em vez de Janeiro? Muito bem: escrevam “batismo” ou “janeiro” em textos a defender as suas teorias, em comunicações a congressos de linguística, em textos de divulgação popular, em artigos de jornais e em dicionários, prontuários e gramáticas em que proponham e se batam pelas suas ideias. E estas, se tiverem mérito, se forem julgadas úteis, se se impuserem por uma lógica demolidora aos olhos dos falantes e dos que escrevem a língua em Portugal, serão adoptadas naturalmente. Mas meterem as suas ideias, com o beneplácito do poder político, pelas goelas abaixo de todo um povo é uma baixeza!

E, sobretudo, não precisamos.

«Acordo não, obrigado. Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos.» Emiliano, António. *Foi Você que Pediu um Acordo Ortográfico?* Lisboa: Guimarães Editores, 2008.

Comentário: desnecessário. Absolutamente desnecessário.

Boas gramáticas, bons livros e bons dicionários, por favor!

«Os académicos das Academias que academicamente publiquem boas gramáticas, bons livros, bons dicionários – ótimo! Que cumpram com esse trabalho a sua obrigação pública de nos ajudar a escrever melhor, de orientar a evolução natural da ortografia, da gramática, do léxico. Entre as suas responsabilidades profissionais incluem-se precisamente estas. E eu preciso deles, como todos os utentes da língua. Mas não preciso que se munam do estado salazarista para fazer leis sobre as palavras. Isto devia ser óbvio, mas não é óbvio em Mil Novecentos e Oitenta e Quatro – apesar de estarmos em 2008.»

Desidério Murcho, *in* blogue De Rerum Natura

Um bom exemplo de como deve ser feita a evolução de uma língua: no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, o seu autor, o Professor Malaca Casteleiro – o grande ideólogo, pelo lado português, do desgraçado AOLP – regista e define para algumas palavras ortografias com as quais não concordo. Algumas entradas têm até abonações erradas e disparatadas! E depois? Continua, mesmo assim, a ter a minha admiração pela sua monumental obra. A qual, como não é lei nem me é imposta por força das assinaturas de ministros de outros países, apenas me aponta novos caminhos, de modo culto e informado. Adoptarei as grafias propostas se assim o quiser, e tanto mais e mais rapidamente, quanto mais rápida e frequente for a adesão dos meus concidadãos. É este o caminho, senhor Professor: proponha, que cá estaremos nós, os que falam e escrevem a nossa língua comum, para aceitar, ou não, as suas propostas.

Mas o AOLP – lá continuam eles – defende a língua portuguesa! Qual delas, pergunto eu? É que o sonho da Grande Língua Portuguesa, como entidade una e indivisível, qualquer que seja o sítio onde é falada e escrita, foi chão que já deu uvas... Os países que ainda falam português, tal como o conhecemos em Portugal, farão com a sua língua o que muito bem entenderem! Inclusive, darem cabo dela! **Portugal não é, nem deve ser, o dono ou o cão-de-guarda dos portugueses falados e escritos pelo mundo. Mas também não deve ser o funil para onde se despejam os usos e costumes linguísticos forjados pela história dos outros povos.**

Claro como água...

O escritor moçambicano Mia Couto afirmou [em 11 de Fevereiro de 2008] à Agência Lusa não haver necessidade de acordo ortográfico da Língua Portuguesa: *«o Acordo Ortográfico tem tanta excepção, omissão e casos especiais que não traz qualquer mudança efectiva»*. *O escritor moçambicano rebateu deste modo o angolano José Eduardo Agualusa que (...) defendeu a escolha, por Angola, da ortografia brasileira, caso não venha a ser aplicado o Acordo Ortográfico por “resistência” de Portugal. Para esta tomada de posição (...), José Eduardo Agualusa avança como justificação o facto de Angola ser um país independente, nada dever a Portugal e o Brasil ter 180 milhões de habitantes e produzir muito mais títulos e a preços mais baratos do que Portugal.*

Comentário: Agualusa tornou tudo claro como água, apesar de pouco lusa! Bem me parecia que o AOLP não tinha nada a ver com linguística, com a unidade e a projecção internacional da língua portuguesa ou com outras trapaças do mesmo teor... Tem a ver é com mercados, dinheiro e projecção internacional dos legítimos interesses de cada um... José Eduardo Agualusa pode dormir descansado: eu não quero mandar, de modo imperial, como ele diz, na língua portuguesa falada e escrita em Angola ou noutros países. Mas também não quero, porque Portugal também é um país independente e também não deve nada ao Brasil ou a Angola, que seja o Brasil, agora, ou Angola, no futuro, a mandar, por decreto, no modo como falo e escrevo a minha língua. Estamos entendidos, José Eduardo?

Uma das atoardas do AOLP: Na Base I, 2.º c) pode ler-se *«(...) Em siglas, símbolos e mesmo em palavras adotadas (sic) como unidades de medida de curso internacional: TWA, KLM; K-potássio (de kalium) W-oeste (West); kg-quilograma, km-quilómetro, kW-kilowatt, yd-jarda (yard); Watt.»* [sublinhados meus]

Comentários:

(1) Palavras “adotadas como unidades de medida”? Não sabem os acordistas que as palavras não podem ser “adoptadas” como unidades de medida? São **símbolos**⁽¹⁾, como kg, J ou W ou **nomes**⁽²⁾, quando escritos por extenso, como quilograma, joule ou watt, conforme a designação oficial da Conferência Geral de Pesos e Medidas (CGPM), de que Portugal é membro fundador (desde 1876...) e a que o Brasil aderiu em 1921!

(2) Watt, escrito assim, para representar a unidade de potência? Os iluminados que pariram o AOLP deviam saber que, quando escritos por extenso, os nomes das unidades de medida derivados de nomes de pessoas são escritos com minúscula inicial, como J-joule, W-watt, F-farad, A-ampere, etc, “excepto quando no início de uma frase, ou integrado em texto em maiúsculas, como num título”. Está tudo nos papelinhos da CGPM⁽³⁾ e, no que refere a Portugal, no Decreto-Lei n.º 427/83, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 320/84, de 1 de Outubro (i.e., diplomas legais anteriores à data da assinatura do AOLP, em 1991). Viva o “rigor científico” do AOLP!

⁽¹⁾ *symboles*, no original da *Brochure SI* (versão francesa) e *(unit) symbols*, no original do mesmo documento (versão inglesa).

⁽²⁾ *noms*, no original da *Brochure SI* (versão francesa) e *(unit) names*, no original do mesmo documento (versão inglesa).

⁽³⁾ cf. www.bipm.fr

Não acordes, Acordo! Dorme para sempre!*

«Há mais de dez anos que vivemos com esta espada suspensa sobre a cabeça: quando não têm mais nada com que se entreter para exibir a sua importância, os senhores da Academia das Ciências [de Lisboa] e os ministros dos Estrangeiros gostam de nos ameaçar com o acordo ortográfico, cujo objectivo único é pôr-nos a escrever como os brasileiros, assim lhes facilitando a sua penetração e influência nos países de expressão portuguesa. Como disse Vasco Graça Moura, o acordo é um “diktat” neo-colonial, em que o mais forte (o Brasil) determina a sua vontade ao mais fraco (Portugal). Alguém imagina os Estados Unidos a ditarem à Inglaterra as regras ortográficas da língua inglesa? Ou o Canadá a ditar as do francês à França ou a Venezuela as do espanhol a Espanha? Dizem que isto vai facilitar a penetração da literatura portuguesa no Brasil, mas ninguém perguntou a opinião aos autores portugueses. Há quatro anos atrás, publiquei um livro no Brasil e, contra a opinião de alguns ‘sábios’ e as várias insistências da editora brasileira, o livro reza assim na ficha técnica: “A pedido do autor, foi mantida a grafia da edição original portuguesa”. Apesar dos agoiros de desastre que essa teimosia minha implicaria, o livro vendeu até hoje cerca de 50.000 exemplares no Brasil. Perdoem-me a imodéstia, mas orgulho-me de ter feito bem mais pela nossa língua no Brasil do que todos esses que se dispõem a vendê-la como coisa velha e descartável.» Miguel Sousa Tavares, “Eu prefiro Chávez”, in Expresso, 26 de Novembro de 2007

(*) Em oposição à opinião de José Eduardo Agualusa no seu artigo “Acorda Acordo ou dorme para sempre” Publicado no semanário angolano “A Capital”, de 9 de Fevereiro de 2008.

E continuam, sem desarmar, os acordistas: mas o AOLP irá fomentar a projecção da língua portuguesa como língua internacional! Nos acordos anteriores, já esta balela era propagandeada! Para além da União Europeia, em que a adopção de todas as línguas nacionais dos estados-membros como línguas oficiais já era um princípio antes da adesão de Portugal e da União Africana, da Organização dos Estados Ibero-Americanos, do MERCOSUL e, *hélas*, da União Latina e da CPLP, que outras organizações verdadeiramente internacionais **adoptaram o Português como língua oficial**? Nenhuma! Eis quantas!

Já estou até a ver o inglês, o castelhano e o francês a tremer perante a gloriosa investida do português pós- AOLP! E – curioso – por mais que procure, não vejo anunciadas reuniões preparatórias, ou movimentos populares ou eruditos, para futuros acordos ortográficos entre os países de língua inglesa, francesa, castelhana ou até árabe...

Só que a questão é outra! Frequentemente sonogada pelos acordistas, a “expansão” com que nos enchem os ouvidos e aquecem o ego é, apenas, a adopção do “português” (brasileiro, evidentemente) como língua oficial das Nações Unidas, como parte do legitimíssimo anseio do Brasil em ocupar um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Mais nada!

Diga lá, excelência: a língua portuguesa vai expandir-se para onde?

«*O ministro da Cultura [José António Pinto Ribeiro] defendeu [hoje] o Acordo Ortográfico como uma "necessidade para a expansão da língua portuguesa".*» Fonte: Lusa, 19 de Março de 2008

Comentário: com um extenso currículo como jurista, especialmente no universo bancário, o ministro da Cultura de Portugal resolveu meter o bedelho onde se sentiu chamado. E é vê-lo fazer declarações como as que reproduzo acima e que, ele, reproduz de outro lado... Afinal, de que expansão está o ministro a falar? Para onde? Sobre a primeira questão, qual é afinal a política do ministro para a defesa (esqueça a expansão, senhor ministro) da Língua Portuguesa (a nossa, a europeia, a de Portugal) no mundo? Nenhuma! A não ser que a política portuguesa sobre a sua língua seja apenas a de fazer fretes aos interesses brasileiros! E sobre a segunda questão, continuo à espera do eldorado sempre prometido pelos acordistas: afinal, vai a língua portuguesa expandir-se para onde? E com quê? E como? Receio bem que a "expansão" anunciada faça parte da ponta oculta do icebergue dos interesses brasileiros: fazer do português uma língua oficial das Nações Unidas, de braço dado com o desejo e a campanha do Brasil para ocupar um lugar de membro permanente do Conselho de Segurança. Do português brasileiro, claro está, já que são 180 milhões do lado de lá, e nestas coisas das relações internacionais, o tamanho do território e a contagem das cabeças que nele habitam contam, e muito! E, afinal, deve Portugal apoiar uma candidatura do Brasil a membro permanente do CS da ONU? Deve! Porque isso nos interessa! E deve Portugal apoiar uma eventual a candidatura do português como língua oficial na ONU? Não! Porque isso não serve os nossos interesses. Chama-se a isto *realpolitik*, sem qualquer significado maquiavélico do termo.

A triste realidade da 'expansão' da língua portuguesa...

«*O Governo de Hugo Chávez incluiu a língua portuguesa como disciplina opcional no currículo oficial do próximo ano lectivo e já lançou um projecto-piloto em 14 escolas, mas a falta de professores pode condicionar esta opção. O Governo português, pelas vozes de José Sócrates e do secretário de Estado das Comunidades, João Gomes Cravinho, já afirmaram no mês passado que não há dinheiro para apoiar esta iniciativa venezuelana. O primeiro-ministro disse que a solução passa pela formação de professores no país e não pelo envio de novos. Cravinho foi ainda mais longe, afirmando, numa visita ao país no início de Abril, que Portugal não tem dinheiro para apoiar a iniciativa do Governo de Caracas. "Portugal vive uma conjuntura de enormes oportunidades no que toca ao ensino da língua portuguesa e à promoção da língua portuguesa no estrangeiro, conjugada com a exiguidade de recursos", disse Cravinho, citado pela Lusa. Portugal não tem dinheiro para apoiar a iniciativa e o Brasil não deixou de aproveitar a oportunidade. Os brasileiros já têm cinco leitores na Escola de Idiomas Modernos da Universidade da Venezuela e, no início do mês passado, Hugo Chávez e Lula da Silva assinaram um protocolo na área da educação que visa a promoção do ensino da língua na Venezuela e que pode passar pelo envio e formação de novos professores. João Cravinho já disse que não há dinheiro para apoiar o projecto de ensino do português do Governo venezuelano.*» Fonte: Lusa, Jornal Público, 13 de Maio de 2008

Comentário: então o Monstro não iria resolver esta questão? Faz-se o acordozinho sobre a ortografia e a língua portuguesa passa a expandir-se a olhos vistos, como um balão bem rechonchudo, independentemente de quem sopra no dito! Outra mentira propalada pelos acordistas, agora sem a máscara dos salões e dos debates académicos! A expansão da língua portuguesa (de versão europeia) faz-se com vontades e políticas, e estas, como não podia deixar de ser, fazem-se com dinheiro! Só que, contra a falta de umas e de outro, não é com acordos ortográficos que se podem atingir os resultados desejados. O Brasil não deixou de aproveitar a oportunidade? Melhor fora que tivesse deixado... Com a Venezuela a delimitar-lhe a fronteira, é apenas natural que assim seja. No Brasil, insiste-se no AOLP, mas tratam-se dos negócios, não vá o diabo tecê-las... Por cá, defende-se o acordo milagreiro e deixa-se o negócio morrer à míngua. Para os acordistas, nada disto é relevante, claro, já que, com o Monstro que criaram, o português ensinado na Venezuela pelo Brasil é também o nosso (sim, porque 'nós não somos donos da língua'...). Esta gente que nos governa e que nos quer pôr a escrever como os brasileiros (sim, porque 'nós não somos donos da língua'...), «*é apenas incompetente, estúpida e desleixada. Traidores, não. Talvez não. Carecem de inteligência. E nasceram já sem memória alguma*», como diz o João Pedro Graça no seu blogue.

Uma dimensão estratégica, sim, mas apenas para o Brasil...

«(...) *Ora o Acordo tem uma dimensão estratégica e não vale a pena ter qualquer dúvida de que é o Brasil que hoje tem a liderança no plano da promoção da língua portuguesa. Se o Brasil, por exemplo, entrar para o Conselho de Segurança e levar consigo o português como língua oficial, se não levar consigo a matriz comum do Acordo, levará o português que se fala no Brasil.*» Declarações do embaixador de Portugal em Brasília, Francisco Seixas da Costa, em entrevista ao jornal Público e à Rádio Renascença (13 de Abril de 2008).

Comentário 1: o nosso embaixador em Brasília tem o condão de falar claro! Haja quem o faça! Mas então, se o AOLP 'mexe' apenas na língua escrita e, segundo os acordistas, em poucas palavras e sem muita profundidade, será por termos acordo que iremos ter o 'Português' como língua oficial das Nações Unidas e não, à falta de acordo, como diz Francisco Seixas da Costa, o "português que se fala no Brasil"? Pura cegueira! Com o AOLP, o 'português-língua oficial das Nações Unidas' contará apenas com mais algumas palavras agora uniformizadas graficamente (mais todas as exceções e facultatividades...), mas também com toda a morfologia, sintaxe, prosódia e vocabulário próprios do português brasileiro, cada vez mais estranho ao português europeu. Apenas no que toca ao vocabulário diplomático, os documentos no tal 'português, coisa maravilhosa, com grafia unificada' falarão de 'rodadas de negócios', 'reuniões de cúpula', 'adidâncias', 'pronunciamentos', 'ajustes complementares', etc. Isto é, escreveremos todos de modo igual coisas que só fazem sentido para alguns...

Comentário 2: após um período em que eram apresentadas no *Blogue de Informação sobre Actualidade Luso-Brasileira da Embaixada de Portugal no Brasil* diversas opiniões sobre o AOLP (a favor e contra), incluindo uma referência para a página do autor, desde a entrevista acima referida, o blogue não publica qualquer opinião desfavorável ao AOLP. Nem sequer uma simples referência ^(*) à existência do Manifesto em Defesa da Língua Portuguesa (e às suas dezenas de milhar de assinaturas) viu a luz do dia no blogue da embaixada. No entanto, qualquer opinião a favor do AOLP, como a da cantora brasileira Adriana Calcanhoto (com um confrangedor chorriho de banalidades), encontra no blogue uma porta sempre aberta. Será que a discordância de muitos portugueses para com o AOLP que nos impingiram é assim tão repugnante?

^(*) Prática interrompida em 26 de Maio de 2008, com a referência à opinião de Eduardo Lourenço contrária ao AOLP. Sobre o Manifesto e as suas 44 735 assinaturas (contagem às 17:25 de 1 de Junho de 2008), o silêncio continua! A coisa incomoda, não é senhor embaixador?

Mais outra luminária acordista com a mania das grandezas...

«*O Acordo Ortográfico vai ser uma grande medida para a valorização da língua portuguesa, que hoje é falada por 200 milhões de pessoas. Mas a nossa língua, neste momento, tem várias normas. Há a matriz de Portugal e a do Brasil e as instâncias internacionais tem dificuldade em utilizar a língua portuguesa porque não sabem qual é o modelo que se vai utilizar. Portanto o Acordo Ortográfico vai permitir a unidade da língua.*» Manuel Veiga, ministro da Cultura de Cabo Verde. Fonte: Lusa, 4 de Abril de 2008

Comentário: tudo espremido, são dois factos, duas patacoadas e uma mentira! Há quase 100 anos que a divergência ortográfica (e não só...) entre Portugal e o Brasil é um facto consumado e só agora – vá-se lá saber porquê – é que mais esta luminária vem com o argumento de as «*instâncias internacionais terem dificuldades em utilizar a língua portuguesa*». Algum negócio, negociação, tratado, acordo, declaração conjunta, 'pronunciamento', protocolo, troca de notas, cimeira, reunião (e o que mais quiser, excelência) deixou de se fazer, porque em Portugal se escreve, naturalmente, diferente do Brasil? NENHUM! E como o comentário é de um iluminado que acha que nem precisa de justificar o que diz, lá vêm as estafadas 'instâncias internacionais' à baila! Mas de que instâncias internacionais fala esta gente? Ou é só para impressionar o povo? Com este argumento, os países de língua inglesa ou castelhana, esses pobres desgraçados que falam e escrevem línguas apenas 'regionais', deveriam ter um problema de proporções cósmicas, porque as instâncias internacionais também teriam 'dificuldades em utilizar' as respectivas línguas... E depois dos factos de almanaque e das patacoadas de iluminado, lá vem a conclusão *ex cathedra* final e definitiva, e sobretudo mentirosa: «*Portanto, o Acordo Ortográfico vai permitir a unidade da língua*». Tão ridícula como mentirosa, porque nem o texto do AOLP diz tal coisa, declarando apenas que pretende a unificação da ortografia (apesar de aceitar todas as exceções e facultatividades nele enumeradas...). Como linguista, fica-lhe mal dizer estas coisas, senhor ministro. Como ministro, nem sei que lhe diga...

E já não é preciso o acordo dos restantes países da CPLP?

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, afirmou em Bissau que a promoção do português é uma prioridade para o governo brasileiro e anunciou a criação de uma universidade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): «É uma prioridade para o Brasil e antecipo que vamos criar uma universidade da CPLP, que será feita no Nordeste do país». Fonte: Lusa, 22 de Abril de 2008

Comentário: com o ministro Celso Amorim, o ministro Gilberto Gil e os demais políticos brasileiros a fazerem tanta pressão para Portugal ratificar o AOLP (a tocar até as raia da ingerência nos nossos assuntos internos), não deveriam também pugnar, pressionar, clamar e exigir o acordo prévio dos países da CPLP a esta iniciativa brasileira para promoção do 'português'? O governo português sabia desta "antecipação" (*sic*) ou ficou a saber apenas pelos jornais? E não tem opinião? Ou Portugal apenas é necessário para ratificar o AOLP (e, assim, não estragar a fotografia de família), mas dispensável para o resto? A pouco e pouco, tudo vai ficando mais claro! O AOLP não tem nada a ver com a língua portuguesa, mas apenas com os interesses de alguns, apenas alguns, dos seus falantes!

Já começou...

«Gmail passa a suportar português de Portugal. O serviço de correio electrónico da Google já não está apenas disponível em Português do Brasil. A partir de hoje, o serviço também pode ser configurado para português de Portugal.» Fonte: tek.sapo.pt, 29 de Abril de 2008

Comentário: aqui está, com a crueza da realidade, o desmoronar precoce do sonho acordista. Mais uma organização, esta verdadeiramente global, que não acredita no AOLP e que insiste em separar as línguinhas – a portuguesa e a brasileira. Segundo os acordistas, com o Monstro em vigor, bastava passarmos todos a escrever da mesma maneira, para todos entendermos o que os outros escreveram... Só que a língua não é apenas ortografia – fundamentalmente, não é ortografia. O facto de escrevermos de modo igual algumas palavras não assegura de modo nenhum a compreensão da mensagem do texto. Contrariamente ao que nos prometem, desde sempre, os acordistas, o mundo não vai em cantigas e trata de modo diferente o que é, simplesmente, diferente! Vasco Graça Moura já tinha avisado que *«[o acordo] levará a que a língua portuguesa se cubra de ridículo no plano internacional.»* Já começou...

Pois! E o que é que Portugal e a sua língua tem a ver com isso?

«O problema essencial é a nível do Brasil que, durante muito tempo, ficou isolado e só, e desenvolveu a Língua Portuguesa muito mais ligado à realidade americana.» Amélia Mingas, presidente do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), em declarações à margem da XII Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) (in www.noticiaslusofonas.com).

Comentário: tem razão a presidente do IILP. Como eu já tinha dito acima, o português do Brasil (como, também, o dos outros países lusófonos) seguiu e segue outros rumos e teve e continua a ter outras influências — diferentes, evidentemente, do português falado e escrito em Portugal. Logo, não deve ser a minha língua (escrita) que deve ser modificada para acolher as deambulações histórias e linguísticas dos outros povos.

E além disso, o AOLP – ainda segundo eles, os acordistas – facilita a aprendizagem do português pelas crianças portuguesas e dos outros países (a mania da universalidade nas cabeças dos acordistas é uma constante...) e pelos estrangeiros que querem aprender português.

Sobre a preocupação com as crianças, já sabemos como funcionam as teorias do ensino facilitado, como na Matemática: vamos facilitar, que eles aprenderão! Ao cabo de muitos anos a tentar alcançar a miragem do ensino lúdico e fácil, na Matemática e não só, os resultados falam por si...

Mas as crianças, Senhor...

No Anexo II (Nota Explicativa) do AOLP, dizem os autores da atoarda acordista que *«É indiscutível que a supressão deste tipo de consoantes [mudas] vem facilitar a aprendizagem da grafia das palavras em que elas ocorriam. De facto, como é que uma criança de 6-7 anos pode compreender que em palavras como concepção, excepção, recepção, a consoante não articulada é um p, ao passo que em vocábulos como correcção, direcção, objecção, tal consoante é um c? Só à custa de um enorme esforço de memorização que poderá ser vantajosamente canalizado para outras áreas da aprendizagem da língua (...)*».

Comentário 1: asseguram os psicolinguistas que esta afirmação é uma mentira do tamanho do Convento de Mafra ou da ignorância de quem a vomita, assim, despudoradamente. Indiscutível, dizem eles! Se o argumento da aprendizagem da ortografia pelas criancinhas fosse válido para estuporar a ortografia de um povo, as escritas de telemóvel deveriam também ser aceites como ortografia corrente. Porque não? Afinal, são compreendidas por quem as escreve e quem as lê e, *helàs*, não passam também de uma convenção (outro argumento dos acordistas para a ortografia poder ser alterada a golpes de martelo legislativo).

Comentário 2: a ser obrigatório que uma criança de 6-7 anos “compreenda” todas as especificidades da escrita da sua língua, porque não exigir-lhe também que “compreenda” outros pormenores do saber, como, por exemplo, o algoritmo da divisão? Não apenas saber fazer a conta, mas “compreender” o algoritmo!

Comentário 3: quanto ao *«enorme esforço de memorização»*, que agora deixaria de ser necessário, é o delírio completo dos acordistas: as crianças de 6-7 anos deixariam de ter de memorizar a 'enorme chatice' de algumas consoantes mudas, para poderem *«vantajosamente canalizar»* o seu esforço de memorização para, talvez, a TLEBS (Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário)! Espantosa justificação! Miserável argumento este, o de utilizar crianças de 6-7 anos para convencer os adultos do que não conseguem de outro modo. **E quanto às demais excepções, ressalvas e facultatividades na ortografia proposta, têm os senhores do AOLP a certeza de serem compreendidas pelas pobres criancinhas?**

E, para os que desejam aprender a falar e a escrever português, a solução é muito fácil: pergunte-se-lhes simplesmente que português desejam aprender, por gosto, mania ou razões culturais ou económicas, e ofereça-se-lhes o serviço. Para surpresa e, talvez, horror, dos acordistas, é isso mesmo que fazem, há já muito tempo, as escolas de português para estrangeiros em Portugal: quando um sueco por cá aparece para aprender a falar e a escrever português, porque vai trabalhar para o Brasil, a escola mete-lhe na frente um professor brasileiro! A um italiano que vá trabalhar para Moçambique caberá, naturalmente, um professor português. Simples, fácil e eficiente!

É um pouco estranha, sim senhor...

«Do ponto de vista literário, propriamente dito, é-me absolutamente indiferente que seja a versão brasileira ou a versão portuguesa. No entanto (...), a regra para nós, portugueses, é um pouco estranha, porque é a norma brasileira. Ficarei na norma portuguesa». Eduardo Lourenço (declarações à Lusa, 11 de Fevereiro de 2008)

ação
NÃO AO ACORDO ORTOGRÁFICO

Também nós não vamos gostar...

«Embora não deixe que os seus livros sejam adaptados ao português do Brasil, pela lógica dos factos terá de se preparar para a entrada em vigor do AOLP. Vai mudar a maneira de escrever? **Não vou mudar nada! Continuarei a escrever como escrevo. Os editores e os revisores que façam o seu trabalho e que corrijam as palavras segundo a nova moda. É claro que já sei quando tiver o livro nas mãos, não gostarei. Mas também já não vou ter muito tempo para preocupar-me com essas coisas. Posso compreender a necessidade do acordo. Mas não sei se é necessário!**» José Saramago, em entrevista ao Sol de 19 de Abril de 2008, p. 48.

Comentário: tinha bom remédio, José Saramago. Bastava que não deixasse que os editores e revisores corrigissem as suas palavras “segundo a nova moda”. Se você não as escreveu, nós também não as deveríamos ler. E tinha esse direito, já que os acordistas não se cansam de nos dizer que – mesmo com o AOLP a infernizar-nos o juízo ao ritmo do chorinho, do samba e do forró – os escritores poderão escrever do modo como quiserem. Sim, porque o Monstro não irá impedir a liberdade dos criadores... O que os acordistas inventam para que a cicuta que nos dão a beber nos saiba a leite-creme é simplesmente espantoso!

Ah! Os interesses! Bem me parecia que isto não tinha nada a ver com ortografia...

«*Fruto de um longuíssimo processo de acordos, protocolos modificativos e ratificações, cuja descrição a exiguidade de espaço me impede de pormenorizar, o acordo já estava em vigor, do ponto de vista jurídico, em todo o espaço da CPLP desde que, há cerca de um ano, três países – Brasil, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe – ratificaram o último dos protocolos modificativos, o qual estipulava que bastaria a ratificação por três, em lugar dos sete, dos Estados membros para que entrasse em vigor. Portugal e todos os parceiros da CPLP deveriam nessa altura ter começado a pô-lo no terreno. Ora, como toda a gente sabe, nada aconteceu, nem cá, nem no resto da CPLP, nem mesmo no Brasil que procurou, a partir de um certo momento e por interesses de diversa natureza, entre os quais está o domínio do mercado editorial da CPLP, que até agora Portugal detém, liderar o processo acompanhado daqueles dois países.*» Isabel Pires de Lima, ex-Ministra da Cultura de Portugal, (texto no semanário Sol em 18 de Março de 2008)

Nem um único leitor, nem um único falante...

«*Compreendo que o Governo português tem um compromisso político-diplomático, assumido em 2004 pelo Governo de então, que dificilmente lhe permitiria não ratificar o 2.º Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico, independentemente de discordâncias que porventura tenha quanto ao seu conteúdo. (...) A expansão internacional de uma língua não se faz nem por facilidades ortográficas bebidas em critérios fonéticos em detrimento de critérios etimológicos nem por unificações ortográficas estabelecidas por decreto, como as línguas inglesa ou francesa abundantemente revelam, mas sim pelos conteúdos que for capaz de veicular (através da literatura, da música, enfim da cultura). É por aí que passa uma verdadeira política de internacionalização de uma língua e não pelo logro da facilitação fonética da ortografia. Logro tanto maior quanto o critério acima referido da facultatividade vai criar maior dúvida grafémica em quem pretende aprender o português. Não será o Acordo que fará o português ganhar um único leitor, um só falante ou o direito a ser língua veicular num único fórum internacional.*» Isabel Pires de Lima, ex-Ministra da Cultura de Portugal, (Diário de Notícias em 2 de Junho de 2008).

Comentário 1: se Portugal “dificilmente poderia não ratificar o 2.º Protocolo Modificativo” (mandando assim, na prática, o AOLP para as calendas), como pôde o Brasil fazer isso mesmo com o AOLP de 1945? Que vergonha será esta, a de, simplesmente, defendermos os nossos interesses? Vergonha, vergonha a sério, será não os defendermos, com o argumento de termos assinado um papel há quase 20 anos e, depois, envergonhadamente, termos feito tudo para que ninguém se lembrasse dele! Para Portugal e boa parte dos PALOP o AOLP tinha passado à história. Apenas quando o Brasil se lembrou de o desenterrar, lá correu o governo e o seu séquito de acordistas a limpar-lhe o pó e a vendê-lo como o maná do nosso futuro, com palavras de ordem de “a língua não é só nossa”! Simplesmente ridículo!

Comentário 2: tem carradas de razão a ex-ministra quando afirma que «*não será o Acordo que fará o português*

ganhar um único leitor, um só falante ou o direito a ser língua veicular num único fórum internacional.»

Uma cousa séria: cada participante deveria seguir o seu próprio padrão!

«Estranhamente, alguns brasileiros e outros membros da CPLP põem uma questão prévia: a língua não é propriedade de Portugal, pertence a todos os países dessa comunidade; logo, o Brasil, Angola, Moçambique, etc. não têm de acatar as injunções de Lisboa, conquanto esta se jacte de ser a depositária de tradição multi-secular. É de esfregar os olhos, atónito – o argumento só serve para ridicularizar os países que dele se servem. Porque é que têm de seguir o padrão brasileiro? O Brasil também não é o único «proprietário» (sic) – em boa lógica cada participante deveria seguir o seu próprio padrão. Ou será encapotado imperialismo, a fim de escorraçar de África e substituir o incómodo Portugal? Regressemos a cousas sérias.» Vitorino Magalhães Godinho, in *Jornal de Letras*, 26 de Março de 2008

Para quem precisa da língua para trabalhar e ganhar dinheiro (há pessoas destas, acreditem), a quimera académica do português-língua universal é um embuste e não passa de publicidade enganosa. É que, se alguém aprender português em Portugal e o quiser utilizar no Brasil, vai ter de passar por um período, mais ou menos longo, de adaptação à nova norma linguística, tanto falada, como escrita. O mesmo, evidentemente, se passaria se o sentido fosse o contrário. E depois, haverá problema algum nisso? Um parisiense não se verá também “grego” no Québec? Andarão os falantes de francês do Canadá ou da Argélia a clamar por um AOLP no mundo francófono? E se andassem, está a ver o leitor a *Académie française* a dar-lhes ouvidos e a correr a escrever os artigos de um tal acordo? *Jamais!* Saudavelmente, a *Académie*, em vez de embarcar em passarolas acordistas, faz o que deve ser feito: emite as suas *rectifications de l'orthographe*, aplicáveis ao francês usado em França, deixando aos outros falantes o poder e a possibilidade de mandarem no uso e na ortografia da sua própria língua.

Isso mesmo: 'o inglês não tem acordo ortográfico, porque simplesmente não precisa dele'

«Ouço dizer: o Inglês (sic) não tem acordo ortográfico e passa muito bem sem ele. Omite-se aqui que as oscilações ortográficas em Inglês (que, aliás, estão dicionarizadas) são muito reduzidas e também que, nele, a relação entre grafia e pronúncia é muito mais convencionada do que em Português; e falta aprofundar um pouco a questão, para chegarmos a uma resposta óbvia: o Inglês não tem acordo ortográfico, porque simplesmente não precisa dele. E não precisa porque o seu esmagador poder linguístico é sobretudo um efeito de outros poderes que arrastam e praticamente impõem aquele poder linguístico: o poder político, o poder económico, o poder tecnológico, o poder cultural, etc. Numa palavra: o poder.» “Acordo Ortográfico: para além de Portugal”, Prof. Carlos Reis.

Comentário: sem querer, este acordista pôs os pontos nos ii – o que faz falta ao português, na sua múltipla diversidade, são os tais bons e sérios dicionários (como no inglês), onde sejam registadas as diferenças e divergências ortográficas da língua e os dicionários contrastivos, os gerais e os especializados. É disso que temos falta, e não de ortografia martelada por linguistas (que não fazem os dicionários que deviam) e políticos (com sonhos de grandeza serôdia)! Quanto à não-necessidade de acordo ortográfico na língua inglesa, “porque simplesmente não precisa dele” e porque tem “o poder”, estamos falados: o Monstro que nos querem impor não tem nada a ver com língua, ortografia ou a facilidade de aprendizagem (as criancinhas, Senhor e os alunos estrangeiros, coitadinhos, com professores ora brasileiros, ora portugueses). Tem a ver com poder! Já se sabia. O que não é claro, pelo menos para mim, é como é que Portugal vai adquirir esse poder desmembrando a sua ortografia ao sabor dos interesses do Brasil, numa miragem estúpida e fútil de um poder à escala global, apenas porque segue na pegada de um país com 190 milhões de falantes (e escreventes, quantos serão, alguém me diz?) de um português cada vez mais distante e diferente da norma europeia. É que, a ser verdade este argumento, como o poder político português não tem tido a coragem de rejeitar este AOLP (como fez o poder político brasileiro com o AOLP falhado de 1945), o tal “poder”, o verdadeiro “poder”, só seria atingido quando fossem sanadas as incongruências do Monstro (como as excepções, facultatividades, etc.) e a sua não-universalidade (ficaram de fora 2% das palavras...). Num futuro mais ou menos próximo, nova fornada de acordistas e uma nova mão-cheia de políticos ignorantes lá virão dizer-nos novamente que, para facilitar (mesmo, mesmo) a aprendizagem das criancinhas e a leitura da poesia africana no Brasil (argumento ridículo de

uma cantora brasileira), teremos que fazer mais um acordo, para acabar o trabalho agora deixado a meio, conforme defendem os acordistas mais furiosos.

Escrever 'adoptar uma ortografia na direcção da excepção' é teimosia? Ora essa!

Ainda no Anexo II (Nota Explicativa) do AOLP, dizem os autores da ata: «***A divergência de grafias existente neste domínio [consoantes mudas] entre a norma lusitana, que teimosamente (sublinhado meu) conserva consoantes que não se articulam em todo o domínio geográfico da língua portuguesa (...)***».

Comentário: Teimosamente, senhores do AOLP? **Tenham vergonha e tento na língua!** Em todo o AOLP, esta é a única ocorrência da palavra “teimosia” (em qualquer das suas formas)! Porquê aplicada apenas a um pormenor da ortografia portuguesa? Acaso pode a forma, qualquer forma, de um povo escrever a sua língua ser apelidada de “teimosia”? Por que não chamar também teimosia, por exemplo, à manutenção do trema na norma brasileira, com uso restringido apenas desde 1971, mas totalmente suprimido em Portugal desde 1945? Teimosia para nós, portugueses, e soberania linguística para os outros, NÃO!

Por cá, os acordistas ainda lamentam que Portugal tenha feito a sua reforma ortográfica em 1911, “sem haver o cuidado de convidar o Brasil!”! Nas palavras do Prof. Malaca Casteleiro, fabricante-mor do AOLP, «com a decisão de 1911, quis impor-se a um outro país um acto de soberania emanado da nossa parte». Importa-se de repetir, senhor Professor? Acaso o Brasil se coibiu, ao longo da sua história, de adoptar ortografias diversas da portuguesa? Não! Nem tinha de se coibir! Então porque acha o Professor que devemos expiar eternamente o “atrevimento” de termos, soberanamente, legislado sobre a nossa própria ortografia? A ser assim, a soberania seria apenas letra morta, e até os livros de História teriam de ser “negociados” e “acordados” entre as partes a que os factos históricos se referissem... Estranho conceito de soberania o seu, Prof. Malaca Casteleiro.

Portugueses! Estamos em guerra! Ou as mentiras dos acordistas!

«***Bom, realmente a questão ortográfica é uma longa guerra de cem anos, não é? Foi desencadeada em 1911. Foi uma declaração de guerra ortográfica, uma declaração, subjacente, indireta. Propriamente, porque Portugal nessa altura resolveu levar por diante uma grande reforma ortográfica sem ter procurado o consenso do Brasil. Ora, determinar uma ortografia é um ato de soberania de um país sobre a língua, é um ato político e, portanto, não devia nunca ter sido tomada essa decisão sem o outro grande país de língua portuguesa se ter pronunciado sobre essa mesma reforma. E aí começou o grande erro do lado português.***» [ortografia conforme o original no sítio agpl.net e sublinhados meus]. Prof. Malaca Casteleiro, em exercício de autoflagelação, num debate da AGLP (aglp.net)

Comentário: É mentira o que diz Malaca Casteleiro! O "outro grande país de língua portuguesa" não só se pronunciou, como decretou como Lei as reformas ortográficas (tanto a de 1911, como a de 1945). Só que deu o dito por não dito, 4 anos depois, em 1919, depois de ter aprovado (em 1915) a reforma de 1911, e 10 anos depois, em 1955, depois de a Academia Brasileira de Letras ter aceiteado a Convenção de 1945. E, se é verdade que Portugal fez a sua Reforma Ortográfica de 1911 "sem ter procurado o consenso do Brasil", Malaca Casteleiro deixa a história a meio: «***em 1915, a Academia Brasileira de Letras acabaria aceitando um parecer de Silva Ramos (julho) que tornava oficial o sistema ortográfico lusitano, eliminando todas as divergências ortográficas entre Brasil e Portugal (novembro), apesar de que quatro anos depois (1919), a mesma academia voltaria atrás, renegando a proposta de Silva Ramos e abolindo a resolução de 1915***». Do mesmo modo, também a Convenção Ortográfica Luso-Brasileira de 1945 (que, segundo, a Nota Explicativa do Acordo Ortográfico de 1990 escrita pelos acordistas, «propunha uma unificação ortográfica absoluta que rondava os 100% do vocabulário geral da língua») foi assinada e decretada pelo Brasil em 1945 (3 dias antes de Portugal...) e rejeitada por decreto, mais uma vez, 10 anos depois, em 1955. Para Malaca Casteleiro, estes factos são irrelevantes... Com uma posição destas, baseada em factos consciente e vergonhosamente truncados, sobre a “questão ortográfica” (qual questão?), como pôde e pode o Governo português permitir que fosse/seja este senhor a defender o lado português nas negociações sobre o AOLP? Claramente, o professor continua a pensar que o novo AOLP deve ser como que uma “reparação de guerra” para com o Brasil. Malaca Casteleiro tem o sagrado direito à sua opinião, como linguista e como cidadão. Não deveria era poder representar Portugal nesta

matéria! Um conde de Andeiro nas Cortes de Coimbra de 1385...

Em que a “guerra dos cem anos” é vista de outro ângulo...

«A questão ortográfica entre Portugal e o Brasil é um bom exemplo da irritação brasileira face à metrópole e da forma como Portugal não geriu bem o ascendente que tinha em relação ao Brasil. O diferendo nasce de uma 'gaffe' diplomática portuguesa. Em 1911, Portugal codifica pela primeira vez a sua ortografia. Até então a ortografia era de tipo etimologizante, bastante afastada da realidade fonética e não estava codificada, pelo que permitia uma grande variedade de grafias. A comissão de linguistas encarregue pela República de fazer uma ortografia, produziu um documento tecnicamente muito bom. Mas ninguém pensou que era preciso perguntar aos brasileiros se aceitavam aquela ortografia! Os brasileiros ficaram muito ofendidos e fizeram uma anti-ortografia, ou seja, escolheram soluções propositadamente diferentes. Desde essa altura, tem havido sempre tentativas de conciliação e aproximação que, por um motivo ou outro, nunca batem certo. Em 1986, as autoridades dos dois países estiveram de acordo em fazer uma ortografia única. Mas, desta vez, ao contrário do que aconteceu em 1911, foram os linguistas que não estiveram à altura da tarefa e produziram um documento tecnicamente muito fraco. Depois houve mais duas versões, muito diferentes uma da outra, a última de 1990, assinada no Brasil e em Portugal, mas a discussão em torno da unidade ortográfica já tinha tantos anos e já tinha sido tão intensa que, na realidade, nenhum governo se sentiu com coragem para dar o passo seguinte e pôr a ortografia a funcionar. O que acontece é que já passaram dezasseis anos, a ortografia de 1990 continua na gaveta e ninguém de facto dá pela sua falta. O que é prova suficiente de que a coabitação de duas ortografias, uma própria do Brasil e a outra própria de Portugal e restantes países lusófonos, deve ser encarada como situação irreversível, que temos de assumir e levar para a frente.» Prof. Ivo Castro, entrevista em 2006 (in www.ponto.altervista.org/Linguas/Articoli/castro.html). Sublinhados meus.

Comentário: bem me parecia que a 'guerra' do Prof. Casteleiro estava mal contada...

Em Portugal, e no Brasil, os capatazes do AOLP parecem-me os directores de projecto novatos das agências de tradução, quando pedem que os trabalhos lhes sejam entregues em português “angolano”, “cabo-verdiano”, “moçambicano” ou “timorense”, ou, quando o delírio ou a ignorância é total, numa versão “universal” de português. Assim uma espécie de português “neutro” que seja entendido por todos, de Chaves a Baucau, com passagem por Bolama, pelo Mindelo, pelo Príncipe, por Benguela, por Curitiba, por Quelimane e por Macau. Experientes, uns, novatos, outros, mas ignorantes, todos!

O AOLP para os tradutores portugueses

Para os tradutores portugueses, o AOLP poderá ter mais implicações negativas do que, à partida, poderá parecer. A começar por uma maior escassez de trabalho! Quanto aos tradutores brasileiros, como disse no início deste texto, cabe-lhes a eles a defesa dos seus interesses. A este respeito, é interessante notar que muitos tradutores brasileiros são grandes defensores do AOLP. Porque será? Por estarem assim tão rapidamente imbuídos de um espírito universalista ou terem sido permeáveis aos argumentos linguísticos do AOLP? O leitor acredita nesta mirífica paisagem? Eu não acredito! Com uma ferramenta que lhes permitiria aumentar a sua quota de mercado e a sua penetração em mercados até agora reservados, simplesmente por causa das especificidades ortográficas e estilísticas do português europeu, aos tradutores portugueses, os tradutores brasileiros (ou pelo menos uma boa parte deles) apoiam e agradecem o presente que lhes caiu no colo. No seu lugar, também eu seria um fervoroso acordista...

Para nós, tradutores portugueses, o AOLP da Língua Portuguesa não nos interessa! Simplesmente, porque irá fazer perpetuar a ideia errada do português “universal” no mundo da tradução, e porque dará mais força, por mais algum tempo, aos tradutores pouco escrupulosos que se apresentam como sendo capazes de traduzir para ambas as versões da língua, a portuguesa e a brasileira.

Mas então, dirão os incautos, se a nova ortografia é mais próxima da norma brasileira da língua, os tradutores portugueses não podem também aproveitar a boleia e penetrar no mercado brasileiro? Teoricamente, sim. Mas, com diferenças de 1:3 ou 1:4 nos preços dos serviços linguísticos – resultante das diferenças do nível do custo de vida e salarial em ambos os países – esta hipótese é simplesmente irrealista.

Os senhores do AOLP aceitariam trabalhar em Portugal com salários brasileiros ⁽¹⁾?

E, afinal, que sabem os acordistas, dos debates e das lutas (porque, de “luta” se deve falar) travados pelos tradutores portugueses nas secretárias e nas secretarias das empresas de tradução de todo o mundo pela especificidade, ortográfica, mas não só, de cada uma das versões do português? Nada!

Que sabem eles da prática corrente de mandar fazer as traduções no Brasil a pataco e contratar depois um tradutor português para fazer a “localização”, a revisão, a adaptação ou a “retradução” para português europeu, a preços, evidentemente muito mais baixos, de revisão? Nada!

Que sabem eles da resistência, por vezes heróica – porque mais dispendiosa em termos financeiros – de muitas empresas portuguesas que recusam utilizar documentação traduzida em “brasileiro”, umas vezes por decisão própria, mas muitas outras pela rejeição pura e simples dos seus clientes de ler textos numa língua que lhes é estranha? Nada!

É que, quem nada sabe destas coisas abre alegremente as portas para olhar para um céu estrelado, esquecendo-se da terra e da lama dos caminhos dos que têm que os percorrer pensamente.

Com o AOLP em vigor, os tradutores portugueses bem podem começar a comprar dicionários brasileiros, já que, para muitas traduções destinadas a Portugal e aos PALOP (onde, é bom não esquecer, a norma linguística segue o português europeu), lhes será reservado um papel cada vez maior de localizadores ou adaptadores das traduções feitas pelos seus colegas brasileiros. Exagero? Sim, talvez. Mas, só quem não conhece como funciona a indústria das línguas é que poderá negar liminarmente esta realidade. Os piores operadores desta indústria – para quem a tradução é uma mercadoria globalizada, que se há-de comprar onde for mais barata – têm agora, sem sequer o saber, os acordistas como parceiros.

Uns e outros, a que se juntam os incautos e os sonâmbulos, sonham também com o Português – Língua Oficial das Nações Unidas, que o AOLP tornaria mais fácil de defender. Seria, para todos eles, a cereja em cima do bolo! E, afinal, que teria Portugal, o português europeu, e os tradutores portugueses a ganhar com esse tão lauto estatuto? Nada ou muito pouco, para além de um muito duvidoso orgulho moral! Por uma questão de dimensão do universo dos falantes, ou de estatuto de desfavorecimento económico dos outros países lusófonos (factores muito do agrado das organizações internacionais), a versão do português adoptada seria, muito naturalmente (*sic*), a brasileira, os centros de decisão linguística do português língua oficial da ONU ficariam localizados abaixo do equador e, para nós portugueses, seriam reservados alguns poucos lugares para traduzir apenas aqueles documentos que fosse vergonhoso ficarem para a história numa versão linguística pouco “portuguesa”, para interpretar alguns discursos ou para suprir as eventuais ou sazonais faltas de mão-de-obra de tradutores ou intérpretes brasileiros ou africanos. Do português, língua oficial, só haveria o nome! Mas o nomezinho lá estava! Aleluia!

⁽¹⁾ Por exemplo, no estado do Rio de Janeiro, em 2008, o salário mínimo (piso salarial) para advogados e *contadores* (i.e., contabilistas) empregados – o escalão mais elevado definido pela Lei Ordinária Estadual n.º 5.168, de 20-12-2007 – é de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), ou seja, EUR 449,00! Como comparação, em Portugal, o Contrato Colectivo de Trabalho para o sector da restauração estipula uma “remuneração mínima pecuniária de base” de EUR 495,40 – o escalão mais baixo da tabela – para, por exemplo, ajudantes de despenseiro, contínuos e empregados de limpeza... Perceberam agora o problema, senhores acordistas?

E o AOLP em si, o que diz ele afinal?

Deixo a seguir, com a devida vénia à autora, Carmen Gouveia, e ao editor (Edit On WeB), um excelente artigo sobre o assunto. Como não sei linguística, fica a palavra de alguém que sabe. Afinal, as teorias e os critérios apresentados pelos acordistas servem para justificar tudo e mais o seu contrário. Tal como as excepções do próprio AOLP!

Lisboa, 19 de Fevereiro de 2008
Versão de 8 de Março de 2009

O (des)Acordo ortográfico: análise fria de um assunto brevemente em ebulição

Carmen Gouveia, linguista e docente na Universidade de Coimbra

As diferenças ortográficas entre Portugal e o Brasil remontam à reforma ortográfica de 1911, adoptada em Portugal em 1916, e que apenas ocorreu no nosso país.

A existência das duas normas a partir daí levou a que, após vários avanços e recuos, o primeiro Acordo Ortográfico luso-brasileiro, proposto pela Academia Brasileira de Letras, fosse assinado em 30 de Abril de 1931. Os dois países foram adoptando e abandonando algumas disposições desse Acordo (Portugal no que diz respeito às consoantes mudas), até que em 23 de Dezembro de 1943, assinam em Lisboa uma Convenção Ortográfica, que levará ao Acordo de 1945, que é promulgado. Contudo, no Brasil continua a seguir-se o de 1943.

Em 1967, Coimbra acolhe o 1.º Simpósio Luso-Brasileiro sobre a Língua Portuguesa Contemporânea, que vai preconizar um novo Acordo entre Portugal e o Brasil, de modo a solucionar as divergências, mas em que cada parte deveria fazer concessões. Bem acolhido no Brasil, é ignorado em Portugal.

Em 1971 as duas Academias estabelecem um Acordo limitado, que é aceite nesse ano no Brasil, mas só dois anos depois em Portugal (É nesta altura que se suprime o acento nas palavras terminadas em -mente, de que muitos se recordarão).

Os trabalhos iniciados pelas duas Academias em 1971 conduzem a um projecto de Acordo em 1975, que virá a servir de base ao de 1986. Este Acordo, não isento de incoerências, iria sofrer críticas duras por parte das personalidades da cultura, sobretudo em Portugal, criando acesa polémica. Pensava-se com o Acordo solucionar o problema das duas grafias oficiais. Não chegou a haver consenso e o projecto foi abandonado.

Finalmente, em 12 de Outubro de 1990 foi aprovado em Lisboa o último Acordo entre Portugal, Brasil e países africanos de expressão portuguesa, assinado uns meses mais tarde, em 16 de Dezembro, mas volvidos 17 anos (com protocolos modificativos em Julho de 1998 e Julho de 2004 – este último incluindo já Timor-Leste), ainda não passou do papel.

De facto, o segundo protocolo modificativo estabelece que o Acordo entrará em vigor com a assinatura dos estados signatários. O Brasil subscreveu-o em Outubro de 2004, Cabo Verde em Abril de 2005 e, em Dezembro de 2006, São Tomé e Príncipe juntou-se a estes dois estados, viabilizando o Acordo.

Portugal, que ratificou inicialmente apenas o primeiro protocolo modificativo, decidiu recentemente – na XII Reunião do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que teve lugar no início de Novembro deste ano (2007) em Lisboa – ratificar também o segundo protocolo modificativo do Acordo até ao final do ano em curso. Felizmente, a ministra da Cultura, Isabel Pires de Lima, anunciou que o nosso país vai pedir um prazo de 10 (dez) anos para a entrada em vigor do Acordo em causa, de modo a que haja tempo para a adaptação, nomeadamente dos manuais escolares.

A solução não satisfaz, mas – pelo menos – adia por cerca de uma década as confusões que daí advirão e que serão muitas, como seguidamente se demonstrará.

Os objectivos do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (como se designa) são louváveis: promover a unidade, não apenas gráfica, da língua escrita, de modo a contribuir para uma maior difusão do português como língua de projecção internacional. Mas será essa unificação viável para tantos países, se nem entre dois (Portugal e Brasil) tem sido possível?

Para responder a esta questão, há que analisar – com algum pormenor e espírito crítico (sem esquecer a base científica fundamental) todo o texto do Acordo, o que estipula (e como o faz) e altera, bem como a nota explicativa que vem anexa (Anexo II) ao documento, para tecer, depois, as necessárias conclusões.

Sem qualquer desmérito ou desrespeito pelo trabalho (sem dúvida árduo!) da equipa de estudiosos que empreenderam a dura e difícil tarefa de redigir (ou alterar com base no de 1986) o Acordo que agora se analisa, e ciente de que o ideal seria uma utópica unificação total da ortografia, a realidade é diferente e prova que mesmo uma unificação parcial (como a que o documento propõe) é difícil ou mesmo inviável, dada a diferença das pronúncias cultas (até agora entre Portugal e o Brasil, mas – sem dúvida –, a médio prazo, entre estes dois países e os países africanos e/ou Timor), e que levará (como nos mostra a experiência dos Acordos de 1931 a 1986) a que só seja (se o for) posto em prática em alguns dos países que o assinam.

Por outro lado, e apesar de a Nota Explicativa do Acordo referir que este apresenta apenas “incongruências aparentes”, uma cuidada leitura do documento e das suas várias disposições (Bases) demonstra que – queira-se ou não – haverá sempre diferenças inevitáveis e totalmente incontornáveis: as “grafias duplas” ou “alternativas” o emprego “facultativo” de uma ou outra grafia ou acentuação, pelo que talvez valesse mais deixar tudo como está!...

Vamos aos factos:

Começando pelos critérios, não faz qualquer sentido que em determinados casos se privilegie o critério fonético (pronúncia) e noutros o etimológico. Por exemplo, na Base II, alínea a), mantém-se “por força da etimologia” e, na Base V, as vogais átonas “regulam-se pela etimologia”. Por sua vez, as consoantes mudas (em ba p tismo, dire c ção, a c ção, ó p tismo, etc.) suprimem-se por não serem pronunciadas e as grafias duplas subsistem por haver diferentes pronúncias cultas (tónica/tônica, ónus/ônus, jeffersônia/jeffersônia, por exemplo).

Essas mesmas grafias duplas, num texto que se pretende o mais possível unificador, e que está escrito nos moldes que defende, proliferam “por haver duas pronúncias cultas”: para além dos casos já acima referidos, antropónimo/antropônimo, ténue/tênue, axiónimo/axiônimo, hagiónimo/hagiônimo, bibliónimo/bibliônimo, heterofónicas/ heterofônicas e topónimo/topônimo. Isto já para não falar de formas mais comuns como António/Antônio, Polónia/Polônia, prémio/prêmio etc., que ficam muito longe da tão almejada unificação ortográfica.

Na Base IV, sobre as sequências consonânticas, estipula-se em 1.º, b) o seguinte: “Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua (...)” (casos de a c ção, afe c tivo, a c to, cole c ção, dire c ção, exa c to, ado p tar, etc.). Mas, em c), “Conservam-se ou eliminam-se facultativamente” se se proferirem numa das pronúncias cultas. E em d) é possível ver novos casos de dupla grafia, como sumptuoso e suntuoso, peremptório e perentório, entre vários outros. E o mesmo no 2.º ponto, em que – novamente – “Conservam-se ou eliminam-se facultativamente”, donde amígdala e amídala, subtil e sutil e súbdito e súdito, etc. Em suma, essa “unificação”, como se depreende, é impossível!...

Outro problema grave (e insolúvel) é a acentuação gráfica. Nas oxítonas (ou agudas), a Base VIII, artigo 1.º, estabelece que – no que respeita à palavra terminada em -e, de origem francesa- “por ser articulada nas pronúncias cultas ora como aberta ora como fechada, admite tanto o acento agudo como o circunflexo”, e exemplifica com bidé/ bidê, bebé/bebê, canapé/canapê, croché/crochê, guiché/guichê, entre outras. Pressupõe igualmente, pela mesma razão das pronúncias divergentes, a acentuação dupla para formas terminadas em -o, como judo/judô e metro/metró.

Quanto às paroxítonas (ou graves), na Base IX, novamente há grafias duplas, pela – uma vez mais – “oscilação de timbre nas pronúncias cultas”: fémur / fêmur, ónix / ônix,, ténis / tênis, bónus / bônus, Vénus /Vênus e pónei/pônei, etc. No ponto 4.º diz-se, claramente, que “É facultativo assinalar com acento agudo as formas verbais do Pretérito Perfeito do Indicativo” (amámos, louvámos) para as distinguir do Presente (amamos, louvamos). Mais outra complicação a juntar às demais... e com implicações de sentido. O mesmo parece suceder no ponto 6.º: assinalam-se com acento circunflexo “facultativamente” dêmos, fôrma, para distinguir de demos e forma; no ponto 9.º deixa de se diferenciar a forma verbal “pára” e a preposição “para”, como se essa distinção não fosse significativa. Tanto mais que o Acordo estipula, nas proparoxítonas (ou esdrúxulas) que deve haver manutenção do acento em formas como fábrica e fabrica, análise e analise, secretária e secretaria, pois a serem abolidos os acentos isso constituiria “sempre problema para o tratamento informático do léxico” (ponto 5.3. c)) e “alargaria os casos de homofonia”. Não faz sentido um critério valer para um caso e não para o outro!

Na Base IX, uma vez mais, “levam acento agudo ou acento circunflexo” as formas como académico/acadêmico, cómodo/cômodo, anatómico /anatômico, génio /gênio, Amazónia/Amazônia, etc.

Por sua vez, na Base XIV suprime-se totalmente (em Portugal desde 1945) o trema, que é pena não se conservar em toda a língua portuguesa. Como explicar a um estrangeiro (por exemplo a um Espanhol, que ainda mantém esse diacrítico na sua língua) se se pronuncia ou não o <u> em quilo e tranquilo, guerra e aguentar, lânguido e linguística?!

Para não ser exaustiva, uma última observação: porquê manter determinadas grafias que são “consagradas pelo uso” nuns casos (Base XV) e aboli-las noutros? Não há, de facto, uma coerência nos critérios.

Diz-se na Nota Explicativa que os acordos anteriores (nomeadamente o de 1986) impunham uma “unificação absoluta”, e que não foi aceite porque Portugal e Brasil não quiseram fazer cedências em casos tão importantes – e que só por si justificariam o Acordo – como as consoantes mudas e a acentuação das vogais nasaladas (ténis/tênis e António/Antônio).

Ora o novo Acordo dá para todos esses casos duplas possibilidades, alternativas, facultatividade, etc., pelo que não é uma verdadeira unificação, e – portanto – mais um complicado “desacordo” que um acordo! Se este não resolve os problemas mais prementes, para quê aplicá-lo? Se não vai solucionar o problema dos editores disporem da mesma grafia em todos os livros, por que não manter tudo como está?

Em criança, como certamente a maioria das pessoas que agora estarão com cerca de 40 anos, li (em português do Brasil) a banda desenhada do Zé Carioca, do Professor Pardal, da Mónica (aliás, Mônica!) e nunca escrevi as palavras com essa grafia (êle, idéia, combôio, Amazônia, etc.). Nem, certamente, os da minha geração, que tinham consciência das diferenças!...

Com efeito, parece-me bem mais problemática a re-aprendizagem da escrita em crianças e adultos (tanto mais que, a certo ponto, já não se vai saber o que é obrigatório e o que é facultativo!), que aí sim começarão a dar erros ortográficos em todos os territórios em que o Acordo entrar em vigor.

E se se acha que para a criança de 6 ou 7 anos há muita dificuldade em saber se escreve o <p> em “baptismo” e o <c> em “correção”, para o que poderá (e deverá!) recorrer a um dicionário, mais complicado se torna gerir as diferenças e relações lexicais ao usá-lo e saber onde procurar se se passar a escrever “Egito” e “egípcio”, por exemplo. Isto é incoerente com o que se diz na nota explicativa e é ainda mais difícil para um estrangeiro aprender a nossa língua, tanto mais que se consagra a dupla grafia em palavras de uso muito frequente e há discrepância entre formas da mesma família lexical.

Uma última observação pertinente: não é necessário que os cerca de 200 milhões de falantes do Português tenham uma única ortografia para que a língua tenha maior alcance e projecção mundial. Já para não falar das várias variantes que há no Alemão, Francês, Chinês, Russo, Espanhol (embora a Academia da Língua tenha tido uma acção unificadora imprescindível), que não são totalmente unânimes a esse nível, o Inglês apresenta várias diferenças, no âmbito da grafia, entre o Reino Unido, os Estados Unidos da América e a África do Sul, por exemplo. Nem por isso o Inglês deixa de ser a língua internacional por excelência e, sem qualquer dúvida, podemos afirmar que esse facto não afectou, em nenhuma hipótese, a sua projecção e importância e nível mundial.

Tal como o próprio texto refere, «*Não é possível unificar divergências que assentam em claras diferenças de pronúncia*», pelo que – na impossibilidade do tão desejado, mas utópico, acordo de unificação absoluta, com coerente correspondência gráfico-fonológica – não faz qualquer sentido um acordo parcial, que continue a apresentar incongruências e critérios não uniformes, a estabelecer um carácter de facultatividade e dupla alternativa, pelo que continuará sempre a manter as divergências existentes ou mesmo até a aumentá-las, correndo-se o risco de total confusão.

Desejo por isso, muito sinceramente, que o Acordo caia novamente no esquecimento e que cada país venha a encontrar as suas próprias soluções, inviabilizando a tal pretensa unificação.

Termino citando as sábias palavras do Prof. Ivo de Castro (proferidas na conferência inaugural do XVIII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, em 2002) – e com as quais me identifico totalmente –: “mais tarde ou mais cedo a questão da ortografia do português terá de ser retomada – não para engendrar novos Acordos internacionais sempre frustrantes, mas para produzir uma reforma que reveja e actualize os equilíbrios grafofonémicos do português europeu, para bem do ensino e da produção de língua escrita em Portugal, deixando ao Brasil e aos países africanos o encargo de tomarem as suas próprias iniciativas, separadas e divergentes, nesse campo”. (O sublinhado é da minha inteira responsabilidade).

DESACORDO ORTOGRÁFICO

1.º Centenário do Desacordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil – 1 de Setembro de 2011

Com a implantação da República em Portugal (em 5 de Outubro de 1910) foi nomeada uma comissão – constituída por Aniceto dos Reis Gonçalves Viana, Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Gonçalves Guimarães, Ribeiro de Vasconcelos, Júlio Gonçalves Moreira, José Joaquim Nunes, Borges Grainha e Augusto Epifânio da Silva Dias (que pediu escusa) – para estabelecer uma ortografia simplificada a usar nas publicações oficiais e no ensino, que foi oficializada por portaria de 1 de Setembro de 1911. Esta reforma da ortografia – a primeira oficial em Portugal – foi profunda e modificou completamente o aspecto da língua escrita, aproximando-o muito do actual, fazendo desaparecer muitas consoantes dobradas, os grupos ph, th, rh, etc. No entanto, apesar de verdadeiramente radical, esta reforma foi feita sem qualquer acordo com o Brasil, ficando os dois países com ortografias completamente diferentes: Portugal com uma ortografia moderna, o Brasil com a velha ortografia pseudo-etimológica. (Fonte: Wikipedia).

1 de Setembro de 1991 marca, assim, o início do Desacordo Ortográfico entre Portugal e o Brasil. Esta data deverá ser celebrada com a pompa e dignidade merecidas.

ATO, DIRETO ÓTIMO, EGITO

Conhece esta língua?

DESACORDO ORTOGRÁFICO

Documento em linha: <http://www.jrdias.com/jrd-acordo-nao.htm>

Imagens: João Roque Dias e João (blogue Geografia das Curvas)

~~a ç ã o~~
NÃO AO ACORDO ORTOGRÁFICO